



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

JESSYELLE CHAGAS DE OLIVEIRA

**INVESTIGANDO AS DIFICULDADES DE ACESSO DE DISCENTES DA REDE
PÚBLICA ÀS UNIVERSIDADES: UMA PESQUISA COM UNIVERSITÁRIOS E
VESTIBULANDOS DE SANTO AMARO- BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

JESSYELLE CHAGAS DE OLIVEIRA

**INVESTIGANDO AS DIFICULDADES DE ACESSO DE DISCENTES DA REDE
PÚBLICA ÀS UNIVERSIDADES: UMA PESQUISA COM UNIVERSITÁRIOS E
VESTIBULANDOS DE SANTO AMARO- BA**

Trabalho de conclusão de Curso- apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira UNILAB- campus dos malês, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Andréa dos Santos Soares.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

JESSYELLE CHAGAS DE OLIVEIRA

**INVESTIGANDO AS DIFICULDADES DE ACESSO DE DISCENTES DA REDE
PÚBLICA ÀS UNIVERSIDADES: UMA PESQUISA COM UNIVERSITÁRIOS E
VESTIBULANDOS DE SANTO AMARO- BA**

Trabalho de conclusão de Curso- apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 21/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Andrea dos Santos Soares (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB.

Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB.

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Pergunta de Investigação	9
3. Justificativa	9
4. Objetivo Geral	12
4.1 Objetivos específicos	12
5. Referencial Teórico	13
6. Metodologia	16
7. Cronograma de execução	19
REFERÊNCIAS	20

1. Introdução

É inquestionável que a educação é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento social e intelectual do ser humano. Quando falamos da importância da educação, a pensamos como ferramenta que possibilite que os jovens percorram muito mais do que a formação para a mão de obra. Pensamos a importância da educação enquanto um processo no qual o indivíduo constrói uma relação de humanidade, capaz de aprender a conciliar e respeitar as diferenças nas quais a nossa sociedade constantemente nos permite conhecer, formando um cidadão que compreenda a sua realidade e seja flexível para constantes desconstruções e mudanças. “Educamo-nos, obviamente, na relação, na interação, no convívio com outros seres humanos” (ECCO; NOGARO, 2015), educar, portanto, é um ato de humanização, é um ato político, que busca transmitir valores, hábitos, conhecimentos às pessoas para que de fato elas vivam de acordo com a diversidade sociocultural, produzindo novos conhecimentos, novos saberes e novas produções aprimorando-se cada vez mais em discursos importantes, desconstruindo estereótipos, acompanhando as evoluções e mudanças positivas no meio educacional.

Partindo do pressuposto de importância da educação e das instituições públicas de ensino superior que historicamente foi pensada para atender a uma parcela da sociedade, uma vez que no Brasil estava vinculada aos dogmas da Igreja Católica, especialmente às pessoas de classe média alta e homens brancos, portanto esse tipo de educação atendia a elite social brasileira.

Um olhar retrospectivo para a trajetória da instituição universitária mostra que o ensino superior no Brasil constituiu um advento tardio se comparado a outros países da América Latina e sua implantação, dentre os fatores, foi para atender as necessidades dos jovens filhos das famílias da elite social e econômica do país. (KRAINSKI, 2015).

O processo de instalação de universidades começou em 1808 com a chegada de D. João VI e assim “Após a independência, por decreto de D. Pedro I de 11 de agosto de 1827, foram criados os Cursos de Direito de São Paulo e de Olinda sendo que este último foi transferido para Recife em 1854” (SAVIANI, 2010). Essas

universidades eram mantidas pelo Estado, ou seja, prevaleceria o modelo napoleônico no qual a presença do Estado é forte no funcionamento e regulação do ensino. Houve uma grande mudança a partir de 1930 com a presença efetiva do público e houve maior intensificação em décadas seguintes, “por meio da federalização de instituições estaduais e privadas e com a criação de novas universidades federais, entre elas a Universidade Federal de Goiás instituída em dezembro de 1960” (SAVIANI, 2010).

A partir de 1945 tem-se a federalização de universidades estaduais, o que caracterizou o desenvolvimento do sistema federal. Já na década de 1960 na qual foi marcada pelas repressões por causa dos afrontamentos da comunidade estudantil e dos professores ao sistema ditatorial. Devido as pressões e grandes demandas no que se refere ao acesso às universidades, houve expansão das universidades, Sampaio diz que:

A expansão de ensino superior que se inicia nos anos 60 e se intensifica ao longo da década de 70 é um fenômeno bastante conhecido. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento. (SAMPAIO, 2007, p.

Mais tarde em 1990, outra mudança acontece já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) quando se altera “o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana” (SAVIANI, 2010) freando o avanço das universidades públicas e conseqüentemente promovendo o crescimento de instituições privadas. Nos primeiros anos do século XXI tem-se a principal política pública de expansão das universidades, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no governo do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) a partir de 2003.

O REUNI protagonizou o processo de expansão das universidades federais no país no qual tinha o principal objetivo “de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, art. 1º), com isso buscou-se democratizar o

acesso às universidades com o aumento do número de vagas através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, (DIRETRIZES REUNI) diz que:

Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007.

Porém com a expansão de universidades federais “a reestruturação de suas atividades está voltada para a produtividade e competitividade, com sua consequente mercantilização” (MARTONI, 2015), desta forma as universidades no seu cotidiano assumem uma postura de fortes exigências, fazendo com que os alunos tenham metas para produção de materiais, extensas cargas horárias. “Com isso, distanciam-se das condições intelectuais e acabam seguindo os ditames do “produtivismo” acadêmico” (MARTONI, 2015), ainda segundo Martoni:

Se, por um lado, o REUNI especificamente, reforça as políticas de acesso e permanência e estimula a interação da Universidade com as redes municipal e estadual de ensino, por outro, busca um aumento de vagas incompatível com a demanda superdimensionada, sendo, no quesito quantidade, totalmente insuficiente para fazer frente à realidade brasileira. (MARTONI, 2015, p. 225).

Mesmo com esse processo de expansão e interiorização das universidades públicas no início do século XXI com o REUNI, ainda assim as instituições não se configuram como um espaço inclusivo com acesso democrático, principalmente quando falamos em cursos elitistas, com maior prestígio social, que exigem dedicação exclusiva e investimentos. Segundo Rosemberg “O sistema educacional brasileiro atual apresenta intensa desigualdade racial no acesso aos níveis médio e superior, com privilegiamento do segmento racial branco” (ROSEMBERG, 2005).

Ainda dentro dessa perspectiva, com a intensificação do processo de ressignificação e a politização da raça, “várias universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, as cotas raciais” (GOMES, 2012). Jovens, grande parte negros e de classes populares

buscam por alternativas que possibilitem melhor adequação com a rotina, por exemplo.

A maioria desses jovens é atraída pelas instituições privadas pelo acesso facilitado, cursos de curta duração, ofertados geralmente no turno noturno, mais barato e, em tese, mais afinado com o mercado de trabalho. (KRAINSKI, 2015).

O refúgio nas universidades particulares é uma das saídas de pessoas que buscam um curso superior, pois conseguem encontrar flexibilidade de horários, cargas horárias reduzidas e facilidade de acesso, principalmente por pessoas de baixa renda, que buscam ingressar por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que segundo a lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005, art. 1º).

Assim como o PROUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) também é um programa que busca acessibilizar o ingresso de estudantes nas universidades privadas. Através da lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017 que Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001:

É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria. (BRASIL, 2017, art. 1º).

Os desafios enfrentados por esses jovens vestibulandos não estão relacionados somente ao processo seletivo, mas a uma bagagem cumulativa de outros fatores, como por exemplo: a oferta de vagas não supre a demanda, como citado acima; a relação entre escola X trabalho; o deslocamento para os grandes centros urbanizados para aqueles que moram no interior; condições socioeconômicas, e uma formação precária na educação básica, dentre outros. Assim muitos jovens acabam por terem suas tentativas frustradas influenciadas por

esses e outros vários outros indicadores que interferem diretamente no sucesso de ingresso desses jovens nos cursos escolhidos por eles.

Busca-se com este projeto analisar quais os desafios que são enfrentados pelos estudantes de escolas públicas de ensino médio que buscam ingressar em universidades públicas, identificando quais são as suas motivações, levando em consideração os perfis socioeconômicos, racial, de gênero, etário, analisando os maiores embates enfrentados para que alguns nem tentem e/ou desistam no primeiro insucesso optando por uma universidade particular. Em suma a presente pesquisa através desses questionamentos, pretende observar e analisar também as percepções desses alunos em relação às universidades públicas, suas experiências na busca do ingresso e suas motivações a desistirem.

2. Pergunta de Investigação

- Quais as maiores dificuldades enfrentadas por estudantes da rede pública de Santo Amaro que buscam ingressar ou já ingressaram em universidades públicas e quais as razões que levam outros jovens a desistirem ou não tentarem o acesso?

3. Justificativa

A educação segundo a Constituição Federal é um “direito social” (Art. 6º) assegurado a todos os cidadãos, porém nem sempre essa educação é continuada após os anos fundamentais. Muitos jovens de camadas sociais populares acabam por interromper o percurso acadêmico, por circunstâncias e dificuldades que advém da desigualdade social tão visível e perversa no nosso país. Para muitos a educação é o caminho que leva ao sucesso no mercado de trabalho. De fato, um dos resultados de uma boa educação é a ascensão de bons cargos e boas remunerações, porém acima disso devemos pensar a educação como instrumento importante e indispensável no processo de humanização dos indivíduos.

Paulo Freire (1969) em sua obra “Papel da Educação na Humanização” diz que: “Não se pode encarar a educação a não ser como um que-fazer humano”.

Portanto, a educação é base para a formação completa do ser humano, é uma prática de liberdade, que deve haver diálogos entre educador e educando com trocas de conhecimentos e experiências, além do incentivo à busca de novos caminhos na tentativa de obter maneiras de favorecer esses estudantes, dando suporte e atenção para que esses jovens tenham uma longevidade acadêmica.

A dificuldade para conseguir uma vaga na tão sonhada universidade pública é um problema que tem afetado muitos estudantes, principalmente os alunos oriundos das redes públicas de ensino. Apesar das instituições serem públicas, historicamente esse tipo de educação foi pensada especificamente para atender as pessoas da elite social brasileira, jovens, filhos de indivíduos ascendidos social e economicamente, enquanto que os “jovens vindos de famílias menos favorecidas só conseguiam frequentar cursos superiores com o apoio da Igreja através do ingresso na vida religiosa” (KRAINSKI, 2015).

A oferta de vagas para o ingresso nas Universidades públicas é um grande desafio para os mais vulneráveis socialmente visto que, a oferta não é compatível com a demanda. Em vista disto, é possível afirmar que:

Comprovadamente, não há relação direta entre as características socioculturais da família e a aprovação no vestibular, pois a maioria dos candidatos é reprovada em decorrência da distorção demanda/oferta de vagas. (ZAGO, 2006).

Para tanto, o crescimento das universidades particulares exacerbou a desigualdade no acesso dos estudantes menos favorecidos às universidades públicas, pois houve por parte do poder público, o abandono dessas instituições públicas, gerando um sucateamento no que tange a estrutura e as políticas públicas para garantir o acesso desses estudantes e, principalmente, a permanência destes.

O projeto de lei 3.627/2004 “Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências” (PL, 2004), buscando minimizar as diferenças no acesso às instituições por parte da população de baixa renda. Mas é possível observar que a aderência desses jovens em instituições públicas ainda não é proporcional comparado aos jovens mais favorecidos. A expansão acadêmica desses alunos não deve ser responsabilidade

apenas deles, é necessário repensar toda sua formação, sem essa associação haveria uma falsa inclusão desses alunos no ensino superior. Repensar o ensino fundamental, e principalmente o médio, é imprescindível para melhorias e aumento no número de ingressantes da rede pública nas instituições públicas.

A presente pesquisa será realizada na cidade de Santo- Amaro, localizada no recôncavo baiano, o qual, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) tem população estimada de 60.131 habitantes, 8 estabelecimentos de ensino médio, 187 docentes do ensino médio e 2.832 matrículas no ensino médio, com taxa de escolarização de 98,2% de 6 a 14 anos de idade.

Diante das experiências interpessoais, o presente projeto de pesquisa busca analisar os desafios enfrentados pelos estudantes da rede pública de ensino da cidade de Santo Amaro que pretendem e que já ingressaram em universidades públicas, investigando a formação desses jovens em anos anteriores, questões socioeconômicas e culturais e as percepções que esses discentes têm das universidades públicas. Devemos, sobretudo, pensar dentro desse processo que essas questões são essenciais na construção social desses indivíduos, pois eles estão diretamente relacionados com o sucesso ou não acadêmico que esses estudantes visam conquistar.

Durante uma das reuniões de orientação, a qual foi uma conversa e coletiva e troca de experiências, percepções e considerações sobre os projetos envolvidos, uma das participantes em momento na conversa cita sobre a sua percepção da universidade, ela diz: “Eu sentia que a Universidade não era para mim”. Essa fala é uma realidade presente na vida de muitos jovens, que pretendem ingressar em universidades públicas. Com o início da pandemia do novo Coronavírus as desigualdades se consolidaram ainda mais. Várias reportagens têm demonstrado que os “Problemas financeiros fazem estudantes desistirem de fazer o Enem: 'Perde as esperanças” (G1. GLOBO, 2021). Dificuldades como essas e outras várias não são uma exceção, prova disso é a taxa de inscritos no Enem 2021 “Enem 2021 tem 3,1 milhões de inscritos confirmados, menor número desde 2005” (G1. GLOBO, 2021). A desigualdade exacerbada no país foi potencializada após o início da pandemia, os desafios enfrentados por vestibulandos se intensificaram ainda mais,

causando desistências “‘Afetou muito meu desenvolvimento’, diz jovem do DF que desistiu do Enem por dificuldades na pandemia” (G1. GLOBO, 2021).

Por fim, através de todas essas observações e também pela experiência interpessoal, é possível observar melhor boa parte de todas essas dificuldades, e assim pesquisar com mais atenção, obtendo informações sobre o problema de pesquisa determinado. Busca-se com esta intervenção contribuir para o fortalecimento de novas pesquisas com a mesma proposta de investigação, proporcionando espaços para novos questionamentos e discussões com novas produções. É de extrema importância ter estes conhecimentos para a construção de novas políticas públicas voltadas para enlaçar as populações vulneráveis, para o fortalecimento das que já existem e a efetividade dessas políticas para que se tornem eficazes e capazes de amenizar e, sobretudo buscar equidade e democratização do acesso e formação dos estudantes de classes populares dentro dessas instituições de ensino.

4. Objetivo Geral

Compreender os principais desafios enfrentados por estudantes da rede pública de Santo Amaro que buscam ingressar, ou já ingressaram em algum curso superior em universidades públicas da região.

4.1 Objetivos específicos

- Analisar as percepções que esses discentes têm sobre o acesso nas universidades públicas.
- Descrever as principais dificuldades e expectativas dos alunos;
- Caracterizar os perfis socioeconômicos, culturais, de gênero e racial em que os vestibulandos e ingressantes se sentem representados;

5. Referencial Teórico

É sabido que a educação é um direito fundamental que deveria ser assegurado a todos os brasileiros, porém a entrada de alunos que estudaram na rede pública de ensino brasileira em universidades públicas ainda é um problema a ser enfrentado, mesmo que programas tenham dado um bom avanço na equidade de acesso e permanência desses jovens. Nas palavras de Barros (2015, p. 371),

A democratização pode apresentar significados diferentes e peculiares para cada indivíduo. Portanto, estes significados são decorrentes da ideologia dos sujeitos e da forma como eles compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos. Nessa perspectiva, a partir de 2003, observa-se que diversos programas foram implementados para colaborar com a chamada democratização da Educação Superior no país. De certa maneira, apesar dos limites encontrados, tais medidas representaram um avanço para este nível de educação.

O processo de democratização do acesso e permanência de jovens da rede pública de ensino em universidades públicas gera um impacto não só na vida pessoal desses alunos, mas em todo o entorno que tece a vida desse cidadão, tanto no ambiente familiar como também na sua comunidade. Com formação por meio de uma educação de qualidade, os jovens conseqüentemente tendem a obter maior sucesso e eficiência no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e, sobretudo, buscando promover igualdade racial, de gênero no meio social.

Uma das maiores dificuldades desses alunos em ingressar nessas instituições públicas pode estar diretamente relacionada às condições do ensino médio, a falta de recursos oferecidos pelas escolas é um problema promissor nessa situação, a superlotação das salas provoca desânimo e baixo rendimento intelectual nos alunos:

A grande quantidade de alunos em sala de aula também é apontada como um fator que afeta negativamente o aprendizado no ensino público, haja vista a dificuldade de o professor atender individualmente cada aluno, auxiliando-os em suas dificuldades, o que, conforme relatado, faz com o que alunos com maior dificuldade não consigam acompanhar o andamento

da turma e alunos com maior facilidade tenham seu rendimento limitado pelo rendimento dos outros colegas. (ALVARENGA et al., 2012 P.64).

É sabido por parte da maioria que as escolas públicas brasileiras não dispõem de boas estruturas, o que recai diretamente na qualidade do ensino, que gera marcas para toda a vida acadêmica, proporcionando dificuldades em todas as etapas da vida acadêmica desses jovens.

[...] Insuficiente motivação discente e docente originada em parte pela adoção de práticas pedagógicas inadequadas, péssima remuneração dos professores e a desatualização docente diante das novas metodologias e tecnologias de ensino. (VASCONCELOS, LIMA, 2004, p.69)

Isso visa mostrar as limitações e discriminações sofridas, devido a sua classe social, cultura, religiosidade, gênero, raça, dentre outros aspectos. Para Nogueira e Catani, a exclusão vem ocorrendo de uma forma branda, contínua, invisível e, muitas vezes, despercebida.

A escola segue, pois, excluindo, mas hoje ela o faz de modo bem mais dissimulado, conservando em seu interior os excluídos, postergando sua eliminação, e reservando a eles os setores escolares mais desvalorizados. (NOGUEIRA; CATANI, 2013, p.14 apud KRAINSKI, 2015, p. 5947).

A falta de infraestrutura nas escolas públicas afeta diretamente não apenas os estudantes, a desmotivação dos professores recai brutalmente sobre a uma efetiva qualificação do ensino, motivado por diversos fatores na qual o nosso país carece:

A falta de motivação dos professores, em virtude dos baixos salários, também foi revelada como um agravante na qualidade do ensino público. Para os participantes, professores desmotivados implicam em alunos desmotivados, que, por sua vez, só faz aumentar o desinteresse do professor, fazendo deste processo um ciclo vicioso” (ALVARENGA et al., 2012, p.64).

Enquanto que jovens privilegiados socialmente desfrutam durante a trajetória escolar de boas escolas que oferecem um ensino preparatório para os vestibulares, oferecem boas estruturas e grandes incentivos para que esses alunos tenham uma

bagagem de conhecimento coerente para a realização de processos seletivos, os estudantes da rede pública possuem uma realidade totalmente dispare.

Além de todos esses obstáculos, encontra-se o difícil acesso desses estudantes à internet, à biblioteca. Muitos dividem o estudo com o trabalho, enfrentam dificuldades em transportes, muitas vezes sem tempo e incentivo para novas pesquisas e produções de novos materiais:

Além das dificuldades materiais, os alunos enfrentam dificuldades simbólicas ou culturais, sendo estas “mais sutis e difíceis de ser apreendidas, pois ligadas à socialização no ambiente familiar e na trajetória peculiar do indivíduo” (ALMEIDA, 2009, p. 124 apud KRAINSKI, 2015, p.5946).

O deslocamento de estudantes de baixa renda para grandes centros urbanizados é um dos principais problemas, conseqüentemente quanto mais longe do centro mais difícil é o acesso, pois há também implicações relacionadas ao preço do transporte e da alimentação e as condições socioeconômicas.

Quanto mais o grupo social se distancia em relação ao centro, aqui entendido como o capital cultural, econômico e intelectual dominante, que tem nas universidades um de seus lócus privilegiado, a tendência é que maiores sejam as dificuldades a serem enfrentadas no processo de afiliação ao “ofício de estudante”. (SAMPAIO, 2011 p. 32).

Essas dificuldades refletem diretamente na escolha do curso, o que está relacionado à baixa oferta de vagas, e em muitos casos à exigência de uma boa preparação, além da disponibilidade para cumprir os requisitos estabelecidos, inviabilizando o acesso desses alunos. Zago afirma que:

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação. Essa observação suscita uma reflexão sobre o que normalmente chamamos “escolha”. (ZAGO, 2006, p. 231).

A vinculação entre escola x trabalho é uma realidade presente na vida de vários desses estudantes, a priorização do trabalho é cada vez mais real. Diante de tantas dificuldades, o emprego tem prioridade diante o acesso e permanência de

jovens em universidades públicas, já que precisam trabalhar para sobreviver. A permanência dessas pessoas na universidade mesmo sendo pública gera gastos, tempo e dedicação, porém o nosso sistema educacional carece de políticas públicas que garantam que esses jovens que conciliam a jornada de trabalho com a vida acadêmica permaneçam nas universidades até a conclusão.

Dessa forma a educação profissionalizante, como cursos técnicos é muitas vezes a solução mais viável para esses jovens. A busca por essa alternativa leva em consideração o tempo do curso relativamente curto comparado ao de um curso superior, o horário dessas atividades que são compatíveis com a carga horária do trabalho.

A experiência do ensino médio pode, ainda, se apresentar vinculada à busca de profissionalização que possibilite uma rápida entrada no mercado de trabalho, o que raramente contempla a preparação do aluno para o vestibular, descompasso que pode se acentuar, a depender do curso superior pretendido (SAMPAIO, 2011, p. 42).

Por tanto diante dessas circunstâncias muitos acabam por abortar a longevidade escolar, tomando caminhos que possibilitem a sobrevivência, ou seja, por enfrentar diversos embates, muitos desses jovens optam por priorizar o trabalho e alternativas de cursos em outras modalidades, mesmo que esse não seja o objetivo pensado para o futuro.

6. Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, configurando-se como estudo de caso, que consiste na obtenção de dados descritivos, coletados diretamente das situações estudadas, considerando os diferentes pontos de vista dos participantes, sem deixar de levar em consideração a representatividade,

Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos

interessados” (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195 apud FREITAS; JABBOUR,2011. P. 11).

A pesquisa envolverá uma análise e compreensão dos maiores desafios enfrentados pelos estudantes que buscam ingressar em universidades públicas e as experiências daqueles que conseguiram adentrar em alguma dessas instituições. Participarão da pesquisa graduandos que saíram da rede pública de ensino e estão estudando em alguma universidade pública e estudantes oriundos do 2º e 3º ano do ensino médio de escolas públicas do município de Santo Amaro- BA, que pretendem e tentam ingressar em alguma universidade pública e aqueles cujo não tiveram interesse em buscar e/ou que tentaram e desistiram após insucessos.

Pretende-se através dos questionários, coletar dados mais enxutos e diretos. O objetivo é aplicar esses questionários para cerca de 30 pessoas de diferentes gêneros, idades, raça/ etnia, porém com condições socioeconômicas semelhantes. Dentro desse questionário, serão abordadas questões que abrangem aspectos pessoais, socioeconômicas, escolar, além de questões objetivas e específicas para a temática da pesquisa. Por meio desses questionários será possível analisar quais são as maiores dificuldades que esses estudantes enfrentam.

O grupo focal é outro método a ser utilizando nessa pesquisa, com objetivo de conseguir coletar dados mais completos de melhor compreensão pelo fato de ter contato com as pessoas através de conversas e ver o ponto de vista, as diferenças, os sentimentos de cada pessoa, que representam diferentes realidades sociais, de gênero, sexualidade, racial e socioeconômico, observando assim as inquietações dos participantes, as semelhanças e diferenças de pensamento entre eles.

Gatti cita que:

Alguns pontos podem ser considerados sobre a questão de quando utilizar o grupo focal em uma pesquisa. A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. (GATTI, 2005, p. 14).

Esse método em pesquisas qualitativas busca embasar a pesquisa por meio dos comportamentos e experiências das pessoas que forem escolhidas para

participar é essencialmente necessário. Desta forma conseguiremos coletar dados com mais precisão, com objetivo de não somente captar através das discussões, as opiniões e experiências, mas analisar por meio dos comportamentos, sentimentos, expressões, concordâncias e discordâncias o que levaria àquele pensamento, percebendo assim através de características sociais, raciais, de gênero, socioeconômicas como essas pessoas pensam. Durante uma das reuniões de orientação, houve a possibilidade de participar coletivamente com outra pessoa para troca de experiências e considerações sobre o presente projeto e o da participante. Essa reunião é um estímulo para as sessões de grupo focal, um tipo de metodologia na qual, “[...] há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressão, mas também em como elas pensam e porque pensam o que pensam”. (GATTI, 2005, p. 9). Desta forma, uma frase dita por Amanda Santos durante uma reunião de orientação coletiva será usada como frase de estímulo nas sessões de grupo focal. Com esta frase espera-se estimular os participantes do grupo focal a elaborar suas percepções sobre o espaço da universidade. Será formado um grupo focal com no máximo de 3 sessões de 1:30h com seis pessoas de realidades e pensamentos distintos, com objetivo de conseguir obter através de pensamentos diferentes, várias percepções, diferenças de pensamentos e possíveis influências, Gatti cita ainda que:

“[...] além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre a mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia- a- dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros”. (GATTI, 2005, p. 11).

O objetivo de realizar a pesquisa por meio de aplicação de questionário e formação de grupo focal é de entender as perspectivas desses estudantes diante o ingresso nas universidades públicas, quais os desafios que enfrentam as motivações que fazem os discentes a não tentarem e/ou desistirem, além de coletar de diretamente os dados dos alunos de, por meio de uma relação intrínseca do pesquisador com o pesquisado, além de enriquecer esses dados coletados pelo questionário através do grupo focal.

Como cita Haguette (2010, p.81)

[...] enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original.

Por fim, para uma pesquisa qualitativa onde se busca coletar dados objetivos e diferentes percepções sobre a temática, a entrevista através da aplicação de questionários e o grupo focal se completam. Através dos questionários os dados são mais objetivos e diretos em relação ao problema de pesquisa, enquanto que o grupo focal permite uma maior e melhor oportunidade de expressão, sentimentos, diferenças e semelhanças de pensamentos para o mesmo tema. Isto possibilita ao pesquisador obter uma melhor compreensão das falas e sentimentos dos participantes da pesquisa, enriquecendo de experiências e opiniões dos envolvidos. De fato são dois métodos de pesquisa assertivos pelo fato de não haver distorção de falas, trazendo uma legitimidade e fidelidade às respostas fazendo assim uma pesquisa com dados reais diante dos fatos relatados.

7. Cronograma de execução

Mês/ Ano	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto
Atividades							
Contato com estudantes universitários e vestibulandos.	X						
Visita às escolas.		X	X				
Aplicação de questionário.		X	X				
Reuniões do grupo focal.			X	X	X		
Organização e análise dos dados.				X	X		
Revisão de literatura.					X	X	
Produção e finalização do trabalho.							X

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, C. F. et al. **Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/pet/wp-content/uploads/2017/03/2011_ENGRP_OS-DESAFIOS-DO-ENSINO-SUPERIOR-1.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021.

BARROS, A. D. S. X. **Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades**. Educ. Soc, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390. abr-jun/2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

BIZERRIL, M. X. A. **O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, n. 32, p. 1-15, 6 jul. 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/cjess/Downloads/13456-Texto%20do%20artigo-40098-1-10-20200706%20.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes Gerais**. Agosto, 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/diretrizes_gerais.pdf> Acesso em: 7 de jul. 2021.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6096.htm> Acesso em: 19 de jul. 2021.

_____. Projeto de Lei 3.627/ 2004. **Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/projetos-de-lei-m/pl-2004>> Acesso em: 14 de fev. de 2021.

_____. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Brasília, 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acesso em: 19 jul. De 2021.

_____. **Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de**

dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm#art1> Acesso em: 19 jul. 2021.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **A educação em Paulo Freire como processo de humanização**. PUCPR 26 à 29/10/2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. Revista Paz e Terra, São Paulo, n. 9, pag. 123-132, fora. 1969. Disponível em: < <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1127>> Acesso em: 31 ago. 2021.

FREITAS, Wesley R S; JABBOUR, Charbel J C. **Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões**. Revista **Estudo & Debate**, [S.l.], v. 18, n. 2, dez. 2011. ISSN 1983-036X. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134684/ISSN0104-7132-2011-18-02-07-22.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília- DF: Série Pesquisa em Educação v.10, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2165790/mod_resource/content/1/GATTI%2C%20Bernadete.%20Grupo%20focal%20na%20pesquisa%20em...%20Cap.%20I%20e%20II.pdf> Acesso em: 25 jun. 2021.

G1. GLOBO. **Problemas financeiros fazem estudantes desistirem de fazer o Enem: 'Perde as esperanças'**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2021/07/17/problemas-financeiros-fazem-estudantes-desistirem-de-fazer-o-enem-perde-as-esperancas.ghtml>> Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Enem 2021 tem 3,1 milhões de inscritos confirmados, menor número desde 2005**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/07/24/enem-2021-tem-31-milhoes-de-inscritos-confirmados.ghtml>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Ao%20ressignificar%20e%20politizar%20a,conex%C3%A3o%20com%20a%20Di%C3%A1spora%20africana.>>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

HAGUETTE; Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed- Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora vozes, 2010. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Medologias_Qualitativas.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>. Acesso em: 12 mai. 2021.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UEPG**. PUCPR 26 à 29/10/2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16175_9324.pdf> Acesso em: 03 abr.2021.

MARTONI, Valéria Bonadia Marucchi. **“Expansão para quem?”: Uma análise dos objetivos do Reuni e das diretrizes para a educação do Banco Mundial**. Revista Brasileira de estudos organizacionais V.2. n. 2, p. 211-234, dez. 2015. Disponível em: < <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/52>> Acesso em: 19 jul.2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional. Brasília, 20 a 22 setembro 2005. Disponível em:< <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/DESIGUALDADES%20DE%20RA%C3%87A%20E%20G%C3%8ANERO%20NO%20SISTEMA%20EDUCACIONAL%20BRASILEIRO%20-%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2021.

SAMPAIO, SMR., org. **Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular**. In: *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 27-51. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-03.pdf>> Acesso em: 05 mar.2021.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1991. Universidade do Texas. 6 nov. 2007. Disponível em: < <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2021.

SAVIANI, D. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Póiesis Pedagógica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>.> Acesso em: 19 jul.2021.

SENADO FEDERAL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 25 mar. 2020.

VASCONCELOS, Simão Dias; LIMA, Kênio Erithon Cavalcante. **Inclusão social e acesso às Universidades públicas o programa “Professores do Terceiro Milênio”**. Estudos em avaliação educacional, n.29, jan-jun/2004. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1111/1111.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2021.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista brasileira de educação. V.11 maio/ ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01 fev. 2021.